

EQUIDADE DE GÊNERO, RAÇA E ETNIA NA GESTÃO DO TRABALHO NO SUS: CONTRIBUIÇÕES INTERSECCIONAIS E DECOLONIAIS COM FOCO NAS TRABALHADORAS INDÍGENAS

Nadiane Carla Schlosser ¹

Priscila Pavan Detoni ²

Cláudio Claudino da Silva Filho ³

Adiles Savoldi ⁴

Palabras-chave: Equidade em Saúde, Gestão do Trabalho, Interseccionalidade, Trabalhadoras Indígenas, Decolonialidade

INTRODUÇÃO

A discussão sobre equidade de gênero, raça e etnia na gestão do trabalho no Sistema Único de Saúde (SUS) ultrapassa a observância de normativas formais, exigindo reconhecer que as instituições públicas, embora orientadas pelos princípios da universalidade e equidade, são atravessadas por relações históricas de poder que reproduzem desigualdades estruturais. Essas dinâmicas impactam o reconhecimento profissional, a distribuição de oportunidades e o acesso aos espaços decisórios, evidenciando que a gestão do trabalho não é neutra. Acker (2006) afirma que as organizações são estruturadas por regimes de desigualdade, nos quais gênero, raça, etnia e classe influenciam oportunidades, reconhecimento e poder. No Brasil, essas

1 Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), especialista em Direitos Humanos (UFFS) e bacharela em Fisioterapia. E-mail: fst.nadiane@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-2328-0688>.

2 Doutora em Psicologia Social e Institucional (UFRGS). Professora da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), atuando na graduação em Medicina, na Residência Multiprofissional em Saúde e no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos. E-mail: priscila.detoni@uffs.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7436-2229>.

3 Pós-doutorando em Serviço Social (FAPESC) e doutor em Enfermagem (UFSC). Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), nos cursos de Enfermagem, Medicina e Pedagogia, e nos Programas de Pós-Graduação em Enfermagem e em Direitos Humanos. Integrante do NISFAPS. E-mail: claudio.filho@uffs.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5961-9815>.

4 Doutora em Antropologia pela UFF, atualmente é professora associada na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Chapecó, adiles@uffs.edu.br.

desigualdades relacionam-se ao legado colonial e à colonialidade presente nas instituições, repercutindo no trabalho em saúde. Nesse contexto, as trabalhadoras indígenas vivenciam maior vulnerabilidade diante do racismo estrutural, sexismo, desvalorização de saberes tradicionais e desigualdades territoriais. Apesar de sua relevância na produção do cuidado e na mediação intercultural, permanecem frequentemente invisibilizadas nos processos de gestão e decisão. Este resumo expandido objetiva analisar a equidade de gênero, raça e etnia na gestão do trabalho no SUS, a partir da interseccionalidade e da perspectiva decolonial, com foco nas experiências das trabalhadoras indígenas. Trata-se de um estudo qualitativo, teórico-bibliográfico, exploratório e descritivo. A análise fundamenta-se na perspectiva interseccional de Kimberlé Crenshaw e Carla Akotirene, compreendendo a articulação entre gênero, raça, etnia e classe na produção das desigualdades. Adota também a abordagem decolonial, baseada na colonialidade do poder de Aníbal Quijano e na interculturalidade crítica de Catherine Walsh, para problematizar a hegemonia dos saberes eurocentrados na gestão pública e reconhecer os conhecimentos indígenas como epistemologias legítimas. O percurso metodológico consistiu no levantamento e análise crítica da literatura especializada, em diálogo com a teoria social crítica e a Saúde Coletiva.

DESENVOLVIMENTO

A gestão do trabalho no SUS envolve processos de provimento e alocação de pessoal, formação profissional, valorização dos trabalhadores, avaliação de desempenho, reconhecimento e participação nos espaços decisórios. Embora orientada pelos princípios da universalidade, equidade e integralidade, sua operacionalização ocorre em um campo institucional marcado por disputas simbólicas, hierarquias profissionais e desigualdades estruturais. Bourdieu (2001) afirma que “a força da dominação reside no fato de que ela dispensa justificação”, contribuindo para compreender como relações de poder se naturalizam nas organizações. No SUS, essa lógica manifesta-se na concentração de cargos de maior prestígio e poder decisório em grupos historicamente privilegiados, enquanto mulheres, pessoas negras e indígenas permanecem predominantemente em funções assistenciais e de menor reconhecimento institucional. Estudos da Saúde Coletiva demonstram que o SUS é composto majoritariamente por mulheres, muitas negras e indígenas, que vivenciam condições de trabalho marcadas por precarização, sobrecarga e

invisibilidade institucional (HIRATA, 2014). A compreensão das desigualdades raciais e étnicas na gestão do trabalho exige recorrer ao conceito de colonialidade do poder, formulado por Quijano (2005), segundo o qual a classificação racial da população estruturou a modernidade e permanece organizando relações sociais, políticas e epistêmicas. No SUS, essa lógica evidencia-se na valorização de saberes eurocentrados e biomédicos em detrimento de outros modos de conhecer e cuidar. Nesse contexto, as trabalhadoras indígenas enfrentam a deslegitimação de seus saberes ancestrais, sendo reconhecidas como mediadoras culturais, mas pouco como produtoras de conhecimento ou participantes dos processos decisórios. Carneiro da Cunha (2009) destaca que os conhecimentos indígenas constituem sistemas complexos e contemporâneos, historicamente desvalorizados pela ciência ocidental. A negação desses saberes reforça processos de epistemicídio e limita a construção de uma política de saúde intercultural. A interseccionalidade, proposta por Crenshaw (2002), permite compreender que as experiências das mulheres racializadas resultam da articulação entre gênero, raça e outras formas de discriminação. No SUS, evidencia que as desigualdades enfrentadas pelas trabalhadoras indígenas decorrem da interação entre racismo estrutural, sexismo, colonialidade do poder e desigualdades territoriais. Akotirene (2019) amplia essa análise ao destacar a inseparabilidade entre racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado. Collins (2019) afirma que “as imagens de controle funcionam para naturalizar a opressão das mulheres negras” (p. 136), reflexão aplicável às mulheres indígenas submetidas a estereótipos que limitam seu reconhecimento profissional e político. Munduruku (2017) ressalta que os povos indígenas ainda são associados a imagens coloniais que os vinculam ao passado, invisibilizando sua atuação como profissionais, intelectuais e lideranças contemporâneas. Walsh (2009) propõe a interculturalidade crítica como projeto político de transformação das estruturas de poder. Na gestão do trabalho no SUS, essa perspectiva requer revisar processos formativos, critérios de avaliação e modelos decisórios, incorporando saberes e experiências das trabalhadoras indígenas. A epistemologia do armário, formulada por Sedgwick (2007), contribui para compreender como o silêncio institucional opera como dispositivo de poder. No SUS, as desigualdades vivenciadas por trabalhadoras indígenas permanecem invisibilizadas nos processos de gestão e nos espaços formais de decisão, enquanto suas identidades são mobilizadas em ações de representatividade sem acesso efetivo ao poder institucional. Segato (2016) afirma que o

racismo e o patriarcado operam como pedagogias da crueldade, definindo quais vidas são reconhecidas como dignas de cuidado e quais permanecem marginalizadas. Essa lógica dificulta o reconhecimento das trabalhadoras indígenas como sujeitas de direitos, produtoras de conhecimento e protagonistas na construção de um SUS mais equitativo.

RESULTADOS, AVANÇOS E REFLEXÕES

A análise evidencia que a gestão do trabalho no SUS, embora orientada pelos princípios da universalidade, integralidade e equidade, permanece marcada por relações históricas de poder que produzem desigualdades de gênero, raça e etnia. A literatura demonstra que essas desigualdades resultam de estruturas organizacionais que naturalizam hierarquias profissionais, limitam o acesso aos espaços de decisão e condicionam formas distintas de reconhecimento institucional. A abordagem interseccional possibilitou compreender que as experiências das trabalhadoras indígenas são atravessadas pelo racismo, sexismo, desigualdades territoriais e pela colonialidade do poder, produzindo formas específicas de exclusão no trabalho em saúde. Nessa perspectiva, a invisibilização de seus saberes tradicionais revela processos históricos de deslegitimação epistemológica que dificultam a construção de práticas interculturais de cuidado. A perspectiva decolonial reforça a necessidade de superar modelos de gestão centrados em racionalidades biomédicas e eurocentradas. O reconhecimento das trabalhadoras indígenas como produtoras de conhecimento contribui para políticas públicas mais inclusivas e reafirma a diversidade de saberes na qualificação da gestão do trabalho no SUS. Os referenciais adotados indicam que promover a equidade requer transformar práticas institucionais, ampliar a participação das trabalhadoras indígenas nos espaços decisórios e incorporar seus conhecimentos aos processos de planejamento, gestão e educação permanente em saúde. Assim, a interseccionalidade e a decolonialidade constituem referenciais fundamentais para fortalecer uma gestão comprometida com a justiça social e os princípios do SUS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROJEÇÕES

Promover a equidade de gênero, raça e etnia na gestão do trabalho no SUS implica reconhecer que práticas institucionais aparentemente neutras reproduzem desigualdades historicamente constituídas. Mais do que ampliar a diversidade, é necessário transformar as estruturas organizacionais que limitam o reconhecimento profissional, a participação e

a valorização das trabalhadoras indígenas. A articulação entre interseccionalidade e perspectiva decolonial evidencia a necessidade de fortalecer processos formativos, ampliar a representatividade nos espaços de gestão e reconhecer os saberes indígenas como componentes legítimos da produção do cuidado e da gestão pública. Nessa direção, a valorização da diversidade de experiências e conhecimentos fortalece políticas institucionais comprometidas com a equidade e os princípios do Sistema Único de Saúde.

REFERÊNCIAS

- ACKER, Joan. Inequality regimes: gender, class, and race in organizations. **Gender & Society**, Thousand Oaks, v. 20, n. 4, p. 441-464, 2006. Disponível em: <https://scispace.com/pdf/inequality-regimes-gender-class-and-race-in-organizations-zx7cupfe63.pdf>. Acesso em 12 de dezembro de 2025.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/381/38110111.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2025.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/LhNLNH6YJB5HVJ6vnGpLgHz/abstract/?lang=pt>. Acesso em 13 de dezembro de 2025.
- HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro**. São Paulo: Paulinas, 2017.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky. **A epistemologia do armário**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.
- WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (org.). **Educação intercultural na América Latina**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p. 12-43.